

## ATUAÇÃO: DIFICULDADES DURANTE A PANDEMIA

ATUAÇÃO: DIFFICULTIES CAUSED BY THE COVID-19 PANDEMIC

E com satisfação que disponibilizamos o volume 15, número 32 da *Atuação: Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense*, com 6 artigos inéditos.

Esta edição abre com o artigo “A efetividade das medidas protetivas de urgência a partir do projeto da Polícia Militar ‘Rede Catarina’ no município de São Miguel do Oeste”, de Letícia V. Gava e Cassiane Wendramin. As autoras, após contextualizarem os instrumentos legais de proteção à mulher, como as medidas protetivas, apresentam e discutem a iniciativa da Polícia Militar de um município do extremo oeste catarinense, que amplia o contato com a vítima de violência doméstica, a fim de alcançar maior efetividade na proteção. O trabalho mostra a importância da realização de um maior controle das instituições além dos dispositivos legais no combate à violência doméstica.

Em seguida, temos o trabalho “A Procuradoria Europeia e seu papel no fortalecimento do processo de integração europeia”, de Cristiane Rosália Maestri Böell. A autora analisa com excelência os mecanismos de cooperação judiciária em matéria penal no âmbito da União Europeia. O trabalho discute a política do espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia, que possibilitou o nascimento do Ministério Público europeu.

O terceiro trabalho que compõe este número intitula-se “A teoria do produto bruto mitigado como alternativa para o ressarcimento de danos ao erário nas fraudes em contratações públicas”, de Fabrício P. Weiblen, Roberto Di Sena Júnior e Vitor S. Pargendler. Os autores discutem a teoria do produto bruto mitigado como uma alternativa para as instituições públicas não serem lesadas em contratações públicas em que ocorre má-fé por parte das empresas prestadoras de serviço.

A edição segue com o texto “Direito fundamental à ação popular e o princípio da solidariedade na defesa contra práticas abusivas das prestadoras de serviço público”, de Thaís O. C. de Freitas, Vinícius Weber e Gabriel O. de A. Borges. Os autores discutem a possibilidade do emprego da ação popular contra práticas abusivas de prestadoras de serviços públicos. O trabalho analisa a jurisprudência que proíbe a utilização da ação popular em relações de consumo.

João L. de C. Botega e Fernanda P. S. Togni apresentam o artigo “Entre proteção e violação de direitos: o momento adequado para apresentação de per-

guntas pelas partes no procedimento do depoimento especial”. Os autores discutem aspectos da recente Lei n. 13.431/2017, que visa evitar que crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sejam revitimizados durante o andamento do processo. O trabalho reflete sobre como e quando o depoimento especial deve ser tomado, conservando o contraditório, mas resguardando ao máximo a criança e o adolescente.

Este número se encerra com o trabalho “Ingresso, inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência em carreiras públicas: o caso do Ministério Público de Santa Catarina”, de Emanuella K. Zappelini. A autora apresenta resultados de uma pesquisa realizada no Ministério Público de Santa Catarina sobre boas práticas na qualificação profissional de pessoas com deficiência após o concurso público, durante o estágio e depois dele. O trabalho demonstra que o Ministério Público de Santa Catarina cumpre a legislação vigente e pode servir como referência para outros órgãos da administração pública.

A *Atuação* agradece aos leitores, a todos os autores que enviam seus trabalhos para nossa avaliação, aos pareceristas – listados a seguir – que gentilmente dedicam seu tempo e seu conhecimento para qualificar os trabalhos que chegam a nós, bem como a toda a equipe que realiza a revista.

**Amélia Regina da Silva**  
*Promotora de Justiça*  
*Editora-responsável*

***Pareceristas que atuaram no volume 1, número 32, de junho a novembro de 2020***

- Profa. Dra. Carolina Ellwanger (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS)*  
*Prof. Dr. Cyro José Jacometti Silva (Faculdade Cristo Rei em Cornélio Procópio – FACCREI)*  
*Profa. Dra. Daniela Zago Gonçalves da Cunda (Centro Universitário UniAmérica – UniAmérica)*  
*Profa. Dra. Fernanda Castro Souza Fernandes de Oliveira (Universidade de Santo Amaro – UNISA)*  
*Prof. Dr. Leonel Pires Ohlweiler (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – TJ-RS)*  
*Prof. Dr. Lucas Fucci Amato (Universidade de São Paulo – USP)*  
*Profa. Dra. Luciana Santos Silva (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB)*  
*Prof. Dr. Luiz Alberto David Araújo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP)*  
*Prof. Dr. Marcelo Bezerra Ribeiro (Universidade Federal da Bahia – UFBA)*  
*Profa. Dra. Marta Marília Tonin (Università Degli Studi di Palermo – UNIPA)*  
*Prof. Dr. Mauricio Maia (Ministério Público Federal de São Paulo – MPF-SP)*  
*Profa. Dra. Patricia Melhem Rosas (Centro Universitário Campo Real)*  
*Profa. Dra. Priscila da Silva Barboza (Universidade Federal do Paraná – UFPR)*  
*Profa. Dra. Wânia Cláudia Di Lorenzo Lima (Universidade Federal da Paraíba – UFPB)*